

PDC considera inviável uma eleição para o governo local

JORNAL DE BRASÍLIA

22 OUT 1985

Mesmo considerando «muito salutar» que o brasileiro eleja seus governadores pelo voto direto, o Partido Democrata Cristão (PDC-DF) considera inviável este pleito, que é hoje reivindicado comum a todos os demais partidos políticos engajados na ampliação da representação política para o Distrito Federal.

O PDC-DF, segundo seu presidente, Alberto Peres, só não abre mão «pelo menos, de uma assembleia legislativa». Nesta entrevista ele fala ainda, como pioneiro que é, dos momentos pelos quais Brasília passou e afirma que a cidade começou a consolidar-se como civitas durante o governo Médici.

Alberto Peres: O DF é, dentro da Federação, uma entidade sui generis, por não ser um Estado e não ter a mesma dimensão e projeção de um território. Quando Brasília nasceu, por questões que a gente não sabe interpretar se motivadas pela prudência ou mesmo de filosofia do presidente JK, a ideia era que fosse governada por um prefeito e depois por um governador, mas de eleição, só o presidente da República. Eu estou aqui desde 1960 e me lembro que, quando o assunto era levantado, sempre ouvíamos esta explicação: Brasília era uma cidade ainda em formação. De fato, viveu-se aqui três momentos — a cidade foi acampamento, foi *urbis* e está sendo civitas. Foi um grande acampamento, na fase inicial de construção, depois foi *urbis*, isto é, cidade em construção. Nestas duas fases, a gente aceitava a explicação dada pelo presidente e seus auxiliares, embora estivessemos organizados em partidos políticos, eu mesmo era secretário-geral do PSD. Tínhamos aqui mais dois partidos organizados: o PTB e a UDN. Mas por falta de lideranças já consagradas, e por falta de uma população mais estável que conhecesse de fato suas lideranças, aceitávamos o argumento de que ainda não era chegada a hora de termos representação política.

JB: E o que marca, na sua opinião, o início da civitas?

Alberto Peres: A civitas começa com a consolidação de Brasília, o que ocorre principalmente no governo do presidente Médici. A consolidação de Brasília começa com a firmeza dos governos revolucionários neste aspecto, não no aspecto político, que eu lamento. Mas dentro da disciplina, que é característica do militar, começou a cidade a ser solidificada. O Médici deu o passo decisivo neste sentido quando determinou que a partir de uma data xis não mais

reconheceria nenhuma delegação estrangeira que não estivesse sediada em Brasília. O embaixador Wladimir Murtinho teve papel importante neste momento, pois foi o homem que representou o Itamaraty na mudança das embaixadas. Mas se a civitas começou aí, tínhamos um defeito: a civitas não podia falar politicamente, porque quando estávamos nos transformando, fomos cassados. A organização partidária tornou-se inviável e até mesmo uma entidade como o Clube dos Pioneiros só pôde alçar melhor seu voo muito recentemente, no governo Figueiredo, quando Juscelino deixou de ser inimigo político e figura mal-dita.

JB: O passo final para a existência desta civitas é a representação política. O PDC está satisfeito com a representação que já obteve ou acha que é preciso ampliá-la?

Alberto Peres: O PDC está organizado recentemente, mas é claro que já vem discutindo esta tese. Na última reunião do diretório, com a presença de cerca de 30 filiados e membros do diretório, foi levantada a questão, porque fui interpelado pelo presidente do PFL-DF, Osório Adriano, que queria saber se apoiariamos a emenda Paulo Xavier. Evidentemente que disse-lhe que iria consultar o partido. Consulte, houve discussões, e com exceção de duas opiniões, a esmagadora maioria do partido é favorável à plena representação.

JB: Nos moldes propostos pelo PFL, através da emenda à Constituição em tramitação no Congresso?

Alberto Peres: Aí é que houve, através do secretário-geral nacional do partido, uma observação com a qual eu estou de acordo. Quando se fala em emenda partida da Frente Liberal e a gente coloca uma restrição, não é para tirar-lhe o mérito, que é total, mas é questão técnica, constitucional. O próprio relator da emenda declarou à imprensa que acha improvável a aprovação da emenda nos moldes em que ela está. Lembre-se também da entrevista que vocês fizeram com o presidente do PTB, que lembrou que a Lei Orgânica do DF possibilita a criação de centros comunitários, mas sem dotar Brasília de 14 prefeituras, porque isto seria uma violentação não à Lei Orgânica, porque não existe lei imutável, mas uma incoerência relativamente ao espírito da lei atual. Além do aspecto jurídico, formal, eu penso que até sob o aspecto da execução. Como transformar Brasília em um pseudo-Estado —

porque seria quase isso — se Brasília não tem nem um território para ser Estado?

JB: Qual é, então, a proposta, ou os níveis de representação política que vocês consideram ideal para o Distrito Federal?

Alberto Peres: Eleição do governador é muito salutar, desejável, mas temos analisado a questão com muita frieza e objetividade para não formular um pleito meramente promocional. Nós do PDC somos um partido tradicionalmente tranquilo, de centro, e gostamos de posicionar as coisas dentro de uma filosofia de coerência e exequibilidade. Assim, eleger o governador do DF é muito desejável, mas achamos não ser viável, de pronto. Se for viável, estamos de acordo, mas se não for, pelo menos queremos uma assembleia legislativa, porque esta vai ter voz e voto para controlar o governo e ser o porta-voz da população local. Seria também o canal por onde, à medida que a cidade vai adquirindo importância econômica própria, nós lá dentro, isto é, os que forem eleitos, pressionem também para Brasília eleger o governador. Agora, conselhos comunitários para as cidades-satélites, de pleno acordo. Eleição para os administradores? De pleno acordo, para que não seja uma escolha tão personalista como essa em que o governador foi descobrir uma lei antiga para impedir que pessoas não ligadas ao governo fossem escolhidas.

JB: Neste particular, então, o PDC apoia a proposta do PFL?

Alberto Peres: Como objetivo é extraordinário. Poderá ser inviabilizada por problemas técnicos.

JB: Qual é a situação do partido hoje, a nível de DF?

Alberto Peres: O partido está tendo um crescimento muito grande, o número de filiados cresce assustadoramente. Nós temos um líder, Anibal Neto, que, segundo soube, está com quatro mil filiações. E nós temos outros assim, como o Roberto Vieira e outros. Diretório muito bom é o do Gama, que foi instalado neste sábado último. Temos ainda diretórios no Plano no Cruzeiro e em organização em Taguatinga.

JB: O partido concorre com chapa completa nas próximas eleições?

Alberto Peres: Vamos concorrer com chapa completa para deputado. Para o Senado, por enquanto, ainda é uma incógnita. Minha candidatura está posta e se for viável lutarei até o fim. Se não for, lutarei dentro do partido para que a chapa de deputados seja completa.